

INCLUSÃO: SURDOS QUE SE APROPRIARAM DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, NO BRASIL¹

Maria da Solidade Teixeira Fernandes²

RESUMO

A comunicação é um processo de troca de mensagens que permite a compreensão do mundo e a relação com outros indivíduos. Para as pessoas que nasceram com uma dificuldade auditiva, não é diferente. É imprescindível observar que o acompanhamento do indivíduo surdo deve começar cedo, pois quanto antes se iniciar o trabalho de habilitação, maior será o aproveitamento na aquisição da linguagem. É esse o objetivo da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Neste artigo, utilizou-se de uma metodologia em que foi escolhida a revisão bibliográfica, numa abordagem qualitativa em que, foram analisadas fontes teóricas inseridas em livros, jornais, monografias e internet, buscando adquirir uma maior compreensão sobre o tema proposto. Observando a sistematização das ideias aqui expostas, o estudo foi direcionado com o objetivo de analisar a situação destes indivíduos com esse tipo de dificuldade, percebendo se os benefícios de sua inclusão têm melhorado sua qualidade de vida, tomando como base alguns teóricos, como: CAPOVILLA; RAPHAEL (2001); QUADROS (2006); Pimenta (2009), dentre outros. Por desconhecer as consequências que os problemas auditivos causam na infância, muitas pessoas discriminam as crianças e estas são erroneamente rotuladas nas escolas, o que pode prejudicar o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Dessa forma, concluímos que, especificamente, no caso do aluno surdo incluído em escolas de ouvintes, as chamadas escolas inclusivas, nas quais o Projeto Político Pedagógico e toda a cultura da escola são de ouvintes, é imprescindível que tenham paciência e, facilitem a convivência entre todos, dentro das Unidades Escolares. E que, a qualidade de vida que os Surdos têm usufruído, a partir da inclusão como usuários da Língua de Sinais, tem melhorado, pelo fato destes poder se comunicar com quaisquer interlocutores que entendam a sua língua, no Brasil.

Palavras-chave: Surdo. Libras. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é de grande importância para a sobrevivência do ser e o papel da linguagem humana é proporcionar ao indivíduo, meios para estruturar seu pensamento, transformando-se a si e seu entorno e, isso é muito mais difícil quando se trata de pessoas com deficiência auditiva.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é utilizada por deficientes auditivos para a comunicação. Para melhor se inteirar dessa realidade é interessante que se conheça essa

¹Artigo apresentado ao II Seminário de Educação: Profissão Pedagogo (a) Que formação?

² Aluna do Curso de Pós-graduação da FG- Faculdade de Guanambi

E-mail: msteixeiraf@hotmail.com

linguagem. Ao contrário do que se imagina, ao perceber a existência desse tipo de linguagem, a LIBRAS não é apenas uma medida temporária para se estabelecer algum tipo de comunicação com os deficientes auditivos, mas é uma língua natural como qualquer outra, com estruturas sintáticas, semânticas e morfológicas etc. A diferença básica é que ela também utiliza a imagem para expressar-se.

A proposta deste trabalho é analisar e demonstrar a real situação de pessoas com essa deficiência, o que tem modificado em suas vidas com a existência de grupos, que se preocupam com a inclusão dessa população, utilizando-se de uma linguagem própria – a LIBRAS, informando o que é surdez, a importância desta linguagem; como ocorre a educação de surdos no Brasil.

2O QUE É SURDEZ

Denomina-se deficiência auditiva segundo Rinaldi (1997), a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Os tipos de surdez, conforme afirma Barbosa (2003) citado por Garbe (2008), são determinados considerando o período em que se dá a perda auditiva, ou seja, antes ou depois da aquisição da linguagem. Existem dois tipos de surdez; a pré-linguística ou pré-lingual e a pós - lingual ou pós-linguística. A primeira é congênita ou surgida em tenra idade, antes da aquisição da fala. Já a segunda é característica das pessoas ensurdecidas depois de adquirir linguagem. Sacks (2000, apud QUADROS, 2006) afirma que os surdos pré-linguísticos não têm imagens auditivas e experiências mentais a que possam recorrer. Por nunca terem ouvido, não têm lembranças, imagens ou associações auditivas possíveis, ”nunca terão a ilusão do som”. São incapazes de ouvir seus pais e, como consequência dessa impossibilidade, podem vir a ter acentuados atrasos linguísticos. Contudo, conseguem ouvir vários tipos de ruídos e ser sensíveis a vibrações de toda espécie. (QUADROS, 2006, p.189).

Inicialmente, o homem utiliza sons e gestos para obter o que deseja, porém este modo de se comunicar evolui à medida que se tornam mais amplas e complexas as suas relações sociais. Entre as formas de comunicação, encontra-se a linguagem, entendida neste estudo, como o conjunto de significações humanas que utiliza códigos finitos para representar inúmeros significados. Anteriormente, somente as línguas faladas e passíveis de serem

compreendidas por meio da audição possuíam status linguístico. Atualmente, essa forma de pensar, mudou com a aquisição da linguagem.

3 IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM PARA O SURDO

Segundo Finau (citado por QUADROS, 2006, p.218 e 219), a linguagem é um dos principais meios pelos quais o homem adquire conhecimento de mundo, fator que tem participação definitiva na organização da própria linguagem. Por isso, hoje, os estudos de aquisição de linguagem por pessoas surdas realçam a ideia de que toda criança surda deveria crescer em um ambiente bilíngue. Embora a fala seja importante para a aquisição da linguagem humana, não significa que o indivíduo, devido a um determinado grau de surdez, não possa desenvolver linguagem por outras vias.

Devido à constituição de seus cérebros, os seres humanos têm uma capacidade inata de adquirir linguagem, seja a fala, seja o Sinal. A aquisição do Sinal, da fala, ou de ambos depende do intercâmbio com as pessoas à volta, do ouvir a sua fala, ou do assistir ao seu Sinal. Se aos cinco ou seis anos a criança já tiver desenvolvido a fluência em linguagem quer seja a fala ou o sinal - ela pode esperar ter uma vida rica de comunicação e de intercâmbio comunitário, e desenvolver fluência em leitura e escrita.

Mas se ela não tiver tido a oportunidade de desenvolver linguagem a essa altura, ela pode esperar ter uma vida de restrições e empobrecimento cultural, e de incapacidade de ler e escrever. Naturalmente, para as pessoas que nascem surdas, é muito mais fácil adquirir uma linguagem visual como sua primeira língua; e, dada uma firme fundação nessa linguagem, elas podem aprender a ler e escrever e, talvez, ou seja, a se tornar bilíngues e biculturais, o que é o ideal para elas. (SACKS IN CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001)

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas. (BRASIL, 2006, p. 33).

É necessário salientar que para o surdo, já que a modalidade oral auditiva nem sempre suprirá suas necessidades de comunicação, a língua portuguesa será entendida como L2 e a língua gestual-visual como língua materna ou L1.

Chama-se língua materna a primeira língua aprendida por um sujeito, em contato com o ambiente familiar imediato. No Brasil, a nossa língua materna é o português, língua falada

por nossos familiares mais próximos e também pela nossa comunidade em geral. (COSTA 2003).

4MÉTODOSUTIZADOS PARA A COMUNICAÇÃO DO SURDO

O primeiro método ou filosofia utilizada para educação dos surdos foi o oralismo embora não fosse um método compartilhado por todos os envolvidos, durante a prática desta filosofia ficou proibido qualquer outro meio de comunicação dos surdos.

O método oralista objetivava levar o Surdo a falar e a desenvolver competência linguística oral, o que lhe permitiria desenvolver-se emocional, social e cognitivamente do modo mais normal possível, integrando-se como um membro produtivo ao mundo dos ouvintes. Entretanto, apesar das intenções de integração, não se pode dizer que o método oralista tenha tido sucesso indiscutível em atingir seus objetivos, quer em termos de desenvolvimento da fala, quer da leitura e escrita. Em todo o mundo, apenas um pequeno percentual daqueles que perderam a audição precocemente consegue oralizar de modo suficientemente inteligível a terceiros. (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001 p.1481 e 1482).Parte do fracasso escolar de surdos deve-se à insistência da oralização mesmo quando o individuo não apresenta condições nas quais essa técnica possa ter resultados positivos.

Não entender que o individuo tem direito a sua língua materna impondo-lhe uma segunda língua, que na maioria das vezes desconsidera a sua impossibilidade para tal, é negar-lhe o direito de conviver com os outros que estão à sua volta.O Oralismo impõe a língua na modalidade oral, objetivando integrar o surdo na cultura ouvinte e o afastar da cultura surda. No entanto, esta mesma imposição que atenta contra as formas de organização cultural e cognitiva dos surdos, acaba por alijá-los, ainda mais, tanto da comunidade ouvinte quanto da comunidade surda.Outra critica ao Oralismo é que, sem a base cognitiva que a língua de sinais pode dar à pessoa surda, inviabiliza-se a instrumentalização linguístico-cognitiva, gerando, assim, um círculo vicioso. (Sá, 2002, p. 58)

Tendo em vista o fracasso dos alunos surdos na aquisição da linguagem e o reconhecimento de que a fala não é o único instrumento utilizado para comunicação, o Oralismo dá lugar à chamada Comunicação Total.Certamente mais uma tentativa de preencher lacunas na educação dos surdos.

A filosofia educacional da Comunicação Total (1981) defende o uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a fala sinalizada, passando por uma série de sistemas artificiais, até chegar aos sinais naturais da Língua de Sinais. [...] A Comunicação

Total defende o uso de um ou mais desses sistemas, juntamente com a língua falada com o objetivo básico de abrir canais de comunicação adicionais. É mais uma filosofia que se opõe ao Oralismo estrito do que propriamente um método. (CAPOVILLA; RAFAEL, 2001, p.1483). Apesar de a Comunicação Total permitir o uso de sinais, entre outros recursos, esta filosofia não surtiu o efeito desejado que era fazer com que o surdo encontrasse suporte para a aquisição de seus conhecimentos.

Na década de 1970 a filosofia educacional Oralista estrita cedeu lugar à filosofia educacional da Comunicação Total, que propunha fazer uso de todo e qualquer meio de comunicação (quer palavras ou símbolos, quer sinais naturais ou artificiais) para permitir o desenvolvimento da linguagem da criança Surda. Sob a proteção dessa nova filosofia educacional, nessa época começaram a surgir diversos sistemas de sinais cujo objetivo central era aumentar a visibilidade da língua falada, para além da mera leitura labial. Procurando tornar a língua falada mais discernível ao Surdo, o objetivo de tais sistemas era auxiliar a compreensão da língua falada e, assim, melhorar o desempenho do Surdo na leitura e na escrita. (CAPOVILLA; RAPHAEL 2001, p.1483,1484)

Realmente, não se pode negar o valor dos métodos da Comunicação Total para visualização da língua falada em uma série de áreas de aplicação para ensino da língua escrita. No entanto, havia outros aspectos críticos em que os problemas começavam a acumular-se. Tais problemas diziam respeito ao fato importante de que, embora, por princípio, a Comunicação Total apoiasse o uso simultâneo da Língua de Sinais com sistemas de sinais; na prática, tal conciliação nunca foi e nem seria efetivamente possível, devido à natureza extremamente distinta da língua de sinais. (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001, p.1485)

Após as tentativas com os métodos anteriores nos quais a oralização estava presente e, observados os resultados pouco satisfatórios, a educação de surdos adota o Bilinguismo, cujo objetivo é contemplar o surdo com conhecimento inicialmente em sua língua materna, a língua de sinais, para posteriormente o aprendizado da língua portuguesa, sua segunda língua.

No Bilinguismo, o objetivo é levar o Surdo a desenvolver habilidades, primeiramente em sua Língua de Sinais natural e, posteriormente, na língua escrita do país a que pertence. Tais habilidades incluem compreender e sinalizar fluentemente em sua Língua de Sinais, e ler e escrever fluentemente no idioma do país ou cultura em que ele vive. Levando em consideração a deficiência auditiva, a educação bilíngue do Surdo deve excluir o objetivo prioritário de levá-lo a ser capaz de articular a fala. Assim, o Surdo deve ser capaz de usar o meio de expressão que seja adequado à situação que encontrar, e com o qual ele se sinta mais confortável. (CAPOVILLA E RAPHAEL, 2001, p.1486)

As línguas de sinais, por serem também línguas, proporcionam ao surdo, condições de estruturar seu pensamento fazendo uso da linguagem, enriquecendo suas relações com o mundo e, conseqüentemente o tornando apto para construir outros conhecimentos inclusive na língua portuguesa. A Língua Brasileira de Sinais – Libras é a língua própria do surdo, sendo esta uma língua de modalidade oral visual, vai explorar os sentidos de que ele dispõe. Após vários anos de luta, a Federação Nacional de Educação e Inclusão dos Surdos conseguiu que a Língua Brasileira de Sinais – Libras -fosse regulamentada viabilizando aos surdos a comunicação em língua materna.

5 LIBRAS E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

[...] pensar em educação de surdos é levar em conta, entre outros tantos possíveis aspectos que representam as experiências visuais das pessoas surdas, a sua língua de sinais. Inegavelmente, a linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjetividade. Assim, há várias linhas de atuação possíveis para a produção de conhecimentos por pesquisadores envolvidos na educação de surdos. (QUADROS, 2006,p.46)

Tão importante quanto o desenvolvimento da linguagem é proporcionar ao Surdo, meios para desenvolvê-la, de acordo com as possibilidades, próprias da sua condição. A fala não é o único recurso para a expressão do pensamento, embora a língua de sinais, por ser gestual-visual, aconteça em vias diferentes não impede que o surdo adquira conhecimentos, desenvolva habilidades e construa sua autonomia.

Para Pimenta & Quadros, (2009, p. 26), “os surdos no Brasil vem conquistando espaços a cada dia”. Em 1987 foi fundada a FENEIS – FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SURDOS – por um grupo de surdos liderados pela pedagoga surda Dr^a Ana Regina e Souza Campello. Essa organização teve, desde o início, como um dos seus objetivos, principais, o reconhecimento da língua de sinais brasileira – LSB. Segundo Garbe (2008), com a promulgação da nova LDB nº 9.394 de 1996, o portador de deficiência tem garantido pelo menos no papel o seu acesso ao ensino regular, onde no artigo 58 do capítulo V, da Educação Especial, está registrado que: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Segundo Freitas (2009), a língua de sinais do Brasil foi oficializada em 24 de abril de 2002. Pela Lei nº 10.436 com o nome de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A

LIBRAS teve sua origem no Alfabeto Manual Francês que chegou ao Brasil em 1856 e, no momento, é a língua adotada e compreendida por surdos brasileiros.

Essa lei é também conhecida como a Lei de LIBRAS e é um marco histórico na trajetória de construção da identidade surda e luta pelos direitos humanos dos surdos no Brasil. Em 22 de dezembro de 2005, foi assinado o Decreto nº 5.626, que regulamenta a lei de libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Esses documentos foram muito importantes para o reconhecimento dos surdos brasileiros com uma comunidade inicial e linguística brasileira.

Segundo o IBGE no censo 2000, 24,5 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de deficiência, sendo 14,5% da população total. Dentre eles, 4,6 milhões possuem deficiência auditiva e 1,1 milhão são surdas, totalizando aproximadamente 5,7 milhões de pessoas. Pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda. Muitas pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por causa de acidentes ou doenças. Pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda. Muitas pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por causa de acidentes ou doenças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação efetiva exige respeito pelo outro, aceitando-o exatamente como ele é, como um ser único no mundo, sendo necessário que os indivíduos envolvidos nesse processo de interação possam expressar-se e serem corretamente compreendidos. É indispensável que o professor observe, uma vez que, o seu objetivo é investigar, buscar, conhecer, mostrar, intervir e conduzir para que o aluno, posteriormente, seja independente. Criar condições dignas para a educação dos surdos exige, acima de tudo, que eles tenham conhecimento da sua história, da sua trajetória e dessa relação de poder, na qual estão envolvidos.

Dessa forma, concluímos que, especificamente, no caso do aluno surdo incluído em escolas de ouvintes, as chamadas escolas inclusivas, nas quais o Projeto Político Pedagógico e toda a cultura da escola são de ouvintes, é imprescindível que tenham paciência e, facilitem a convivência entre todos, dentro das Unidades Escolares. E que, a qualidade de vida que os Surdos têm usufruído, a partir da inclusão como usuários da Língua de Sinais, tem melhorado, pelo fato destes poder se comunicar com quaisquer interlocutores que entendam a sua língua, no Brasil.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Decreto federal nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16/04/2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988. _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2007.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo, EDUSP. p. 1479 – 1487. Vol. 1. 2001.

COSTA, D.A.F.; **Fracasso escolar: diferença ou deficiência?**, Via internet. Acesso em 16/04/2015.

FREITAS, Luis Carlos Barros Filho de. **A Internet e a educação à distância dos surdos do Brasil: Uma experiência de integração em um meio excludente**. Rio de Janeiro RJ: Editora LSB Vídeo, 2009.

GARBE, Marize. **O Acesso à Educação: A Situação dos Surdos**. Universidade Estadual de Londrina. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Sobre os Surdos**. WWW. Ibge.com.br. Dados sobre os surdos. Censo 2010.

PIMENTA, Nelson & QUADROS, MILLER Ronice de. **Curso de Libras 2 – Básico**. Rio de Janeiro. RJ: Editora LSB Vídeos. 2009.

QUADROS, R.M. **O tradutor e o intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Brasília, MEC, SEE, 2004.

_____, R. M. **Estudos Surdos I**. Petrópolis – Rio de Janeiro, editora Arara Azul, 2006.

RINALDI. Giuseppe et al. **Deficiência Auditiva**. Brasília: SEESP. VI. - (série Atualidades Pedagógicas; n. 4) MEC, 1997.

SÁ, N.R.L.; **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, p. 388, 2002.